

SUMÁRIO

Dedicatória	V
Agradecimentos.....	VII
Prefácio da 5ª edição	XI
Prefácio da 4ª edição	XV
Prefácio da 3ª edição	XXIII
Prefácio da 2ª edição.....	XXV
Prefácio da 1ª edição.....	XXVII
Apresentação	XXXI
Abreviaturas e siglas usadas	XXXIII
Introdução.....	1
Capítulo I - EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO	3
Capítulo II - CONTRATOS.....	7
1. Conceito.....	8
2. Evolução histórica: de Roma ao Novo Código Civil.....	10
3. Princípios da nova teoria contratual.....	17
3.1. Função social do contrato.....	19
3.2. Autonomia de vontade.....	22
3.3. Obrigatoriedade das convenções	23
3.4. Relatividade dos efeitos do contrato.....	26
3.5. Boa-fé objetiva.....	26
3.6. Transparência.....	32
4. Classificação dos contratos	36
5. Contratos de adesão.....	38
5.1. Características básicas.....	40
5.2. Natureza jurídica dos contratos de adesão.....	42
5.3. Interpretação dos contratos de adesão	45
5.4. Disposição legal acerca dos contratos de adesão.....	48

Capítulo III – OPERAÇÕES BANCÁRIAS E INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	51
1. As operações bancárias e as relações de consumo.....	51
2. A controvérsia acerca da aplicabilidade do CPDC.....	53
Capítulo IV – CONTRATOS BANCÁRIOS EM ESPÉCIE.....	65
1. Depósito – histórico e conceito	67
1.1. Utilidade prática	68
1.2. Forma de efetuação	69
1.3. Questões controvertidas	71
1.3.1. A natureza jurídica do contrato	71
1.3.2. Prazo máximo para o resgate.....	72
2. Abertura de conta	73
2.1. Conta-corrente – conceito e histórico	73
2.1.1. Natureza jurídica e características	80
2.1.2. Modalidades	82
2.1.3. Utilidade prática	84
2.1.4. A regulamentação efetuada pelo Bacen (Res. n. 3.919/2010)	86
2.2. A conta poupança.....	90
2.3. A conta salário	92
2.4. Questões controvertidas e posicionamento jurisprudencial.....	93
2.4.1. Abertura de conta corrente mediante fraude	93
2.4.2. Conta corrente aberta para utilização em golpes	95
2.4.3. Executividade do contrato de conta-corrente.....	101
2.4.4. Executividade do contrato de abertura de crédito acompanhado de nota promissória.....	106
2.4.5. O cadastramento das contas bancárias	110
2.4.6. Possibilidade de encerramento unilateral da conta pela instituição financeira	112
3. Abertura de crédito – histórico e conceito	119
3.1. Utilidade prática	122
3.2. Natureza jurídica.....	124
3.3. Modalidades	129
3.4. Classificação	130
3.5. Questões controvertidas	131
4. Empréstimo (mútuo) – histórico e conceito.....	131

4.1. Utilidade prática	135
4.2. Forma de efetuação	137
4.3. Classificação	138
4.4. Questões controvertidas	139
4.4.1. Os efeitos da promessa de mútuo	139
4.4.2. A devolução do valor do empréstimo antes do prazo avançado sem o pagamento dos juros aprazados	142
4.4.3. Aplicabilidade do CPDC ao financiamento da casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação	144
5. Antecipação – histórico e conceito	146
5.1. Utilidade prática	149
5.2. Forma de efetuação	149
5.3. Classificação	151
6. Desconto bancário – histórico e conceito	153
6.1. Utilidade prática	155
6.2. Forma de efetuação	157
6.3. Questões controvertidas	158
6.3.1. A natureza jurídica do contrato	158
6.3.2. As espécies e os efeitos do endosso e a responsabilidade do banco	159
7. Crédito documentado – histórico e conceito.....	166
7.1. Utilidade prática	169
7.2. A abstração como característica.....	171
7.3. Natureza jurídica.....	172
7.4. Modalidades	177
8. Cartão de crédito – histórico e conceito.....	180
8.1. Classificação dos cartões de crédito.....	185
8.2. Elementos do sistema.....	188
8.3. Mecanismo prático	190
8.4. As relações entre os elementos (integrantes) do sistema.....	192
8.5. Questões controvertidas	196
8.5.1. Responsabilidade da empresa emissora.....	196
8.5.1.i – Cartão de crédito enviado sem prévia solicitação	197
8.5.1.ii – Uso indevido do cartão de crédito após furto e roubo.....	201
8.5.1.iii – O sistema <i>firewall</i>	206

8.5.1.iv – Vícios nos produtos ou serviços adquiridos (com cartão de crédito) e desacordo comercial.....	207
8.5.2. Juros abusivos.....	210
8.5.3. Cláusula mandato.....	212
9. <i>Leasing</i> – histórico e conceito.....	216
9.1. Utilidade prática.....	222
9.2. Forma de efetuação.....	224
9.3. As modalidades.....	225
9.3.1. O <i>leasing</i> operacional (<i>leasing</i> industrial).....	226
9.3.2. O <i>leasing</i> financeiro.....	226
9.3.3. O <i>lease-back</i> (ou <i>sale lease-back</i>).....	227
9.3.4. Outras formas de <i>leasing</i>	227
9.4. Estrutura do preço pago. A contraprestação, o valor residual (VR) e o valor residual garantido (VRG).....	228
9.5. Questões controvertidas.....	232
9.5.1. A natureza jurídica do contrato.....	232
9.5.2. Perecimento do bem arrendado.....	234
9.5.3. Contratos em moeda estrangeira e a variação cambial.....	237
9.5.4. Possibilidade de cobrança antecipada do valor residual (VR): a controvérsia, as súmulas e a solução final do E. Superior Tribunal de Justiça.....	240
9.5.5. Impossibilidade de devolução do VRG antes da entrega do veículo.....	244
9.5.6. Quando o VRG pode/deve ser devolvido.....	246
9.5.6.i – Contrato cumprido com todas as parcelas adimplidas.....	246
2469.5.6.ii – Contrato resolvido antes do prazo estipulado..	250
9.5.7. O VRG como forma de pagamento (compensação) do saldo devedor.....	253
9.5.8. O suposto enriquecimento sem causa dos arrendadores nos casos de retenção do VRG. Pacificação pelo E. STJ.....	254
9.5.9. Responsabilidade civil da arrendadora.....	257
10. Alienação fiduciária – histórico e conceito.....	261
10.1. Utilidade prática.....	266
10.2. Características.....	269
10.3. Natureza jurídica e classificação.....	270
10.4. A ação de busca e apreensão e as inovações trazidas pela Lei n. 10.931/2004 e depois pela Lei n. 13.043/2014.....	272

10.5. Alienação fiduciária de bens imóveis	280
10.6. Diferenças entre a alienação fiduciária e o arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	284
10.7. Questões controvertidas.....	284
10.7.1. Possibilidade de alienação fiduciária de bens fungíveis .	284
10.7.2. A anotação do contrato de alienação fiduciária no registro de automóveis.....	286
10.7.3. A prisão civil no contrato de alienação fiduciária.....	289
11. Aluguel de cofre – histórico e conceito	292
11.1. Utilidade prática.....	294
11.2. Questões controvertidas.....	295
11.2.1. Natureza jurídica do contrato.....	295
11.2.2. Responsabilidade do banco.....	297
11.2.3. Excludentes da responsabilidade.....	298
11.2.4. A cláusula de não indenizar.....	301
11.2.5. A prova do dano.....	304
12. Contrato de penhor – histórico e conceito	310
12.1. Natureza jurídica	312
12.2. Utilidade prática, elementos e efeitos.....	313
12.3. Modalidades.....	315
12.4. Extinção do penhor.....	318
12.5. O penhor de objetos na Caixa Econômica Federal	319
12.5.1. Quando se descobre que o bem empenhado é de terceira pessoa	320
12.5.2. Validade da cláusula que delimita valor do bem em caso de perecimento	321
12.5.3. Sofrimento de danos morais pela perda do bem.....	324
Capítulo V – OUTRAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS	327
1. Juros – histórico e conceito.....	327
1.1. Natureza jurídica.....	330
1.2. Classificação	332
1.2.1. Juros legais e convencionais	332
1.2.2. Juros compensatórios e moratórios.....	332
1.2.3. Juros simples e compostos (anatocismo)	334
1.3. A evolução da matéria no Direito brasileiro	337

1.3.1. Do Código Comercial (1850) à Súmula n. 596 do STF.....	337
1.3.2. A Constituição de 1988.....	340
1.3.3. A limitação prevista no artigo 192, § 3º, da CRFB/1988 e a Emenda Constitucional n. 40.....	342
1.3.4. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (1990).....	345
1.3.5. O Código Civil (2002).....	348
1.3.6. A Resolução nº 4.656/2018 do BACEN, <i>Open Banking, Open Finance</i> e sua importância no mercado de crédito.....	350
1.3.7. Conclusões.....	352
1.4. Cobrança de juros pela taxa de mercado.....	353
1.5. Cobrança de juros compostos (anatocismo).....	361
1.6. Cédula de crédito bancário.....	367
1.7. Cobrança de comissão de permanência.....	371
1.7.1. Origem, conceito e natureza jurídica.....	371
1.7.2. A não potestatividade de cláusula fixando a comissão de permanência pela taxa de mercado: a Súmula n. 294 do STJ.....	373
1.7.3. A comissão de permanência e a correção monetária: a Súmula n. 30 do STJ.....	375
1.7.4. Cumulatividade da comissão de permanência com os juros remuneratórios: a Súmula n. 296 do STJ.....	377
1.7.5. Cumulatividade com os juros moratórios e a cláusula penal	378
1.7.6. O fim das cobranças – Resolução nº 4.558/2017 do BACEN	379
1.8. Superendividamento.....	380
1.8.1. Definição.....	381
1.8.2. Elementos.....	382
1.8.3. Espécies de superendividamento.....	383
1.8.4. O superendividamento analisado pelos Tribunais antes mesmo de uma Lei que o legitimasse.....	386
1.8.5. A Lei 14.181 e o início do tratamento legal do superendividamento.....	390
2. Sigilo bancário – histórico e conceito.....	397
2.1. Evolução da proteção ao sigilo no Direito brasileiro.....	399
2.2. A possibilidade de “quebra” do sigilo bancário.....	402
2.3. O Fisco.....	405
2.4. As Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI.....	415
2.5. O Ministério Público.....	419
3. Responsabilidade civil das instituições bancárias.....	424

3.1. Compensação de cheques falsificados	426
3.2. Débitos, compras, saques ou transferências não reconhecidos (ou indevidos).....	430
3.2.1. Posse e guarda do cartão e senha.....	433
3.2.2. Os novos cartões com <i>chip</i> e a posição da jurisprudência nacional	435
3.2.3. “Sequestro relâmpago”	441
3.2.4. Golpes eletrônicos.....	444
3.2.5. Engenharia Social e os golpes do PIX, Motoboy e Falso Boletos.....	446
3.2.6. Golpes do WhatsApp, Falso Sequestro e Falso Boletão	450
3.3. Endosso falsificado	455
3.4. Aplicações de risco	457
3.5. Porta giratória e revista.....	466
3.6. Filas	471
3.7. Responsabilidade por assaltos	480
3.7.1. No interior das agências bancárias	480
3.7.2. Nos caixas eletrônicos (TAA).....	484
3.7.3. Nos estacionamentos	487
3.7.4. Na via pública (“saidinha de banco”).....	491
3.8. Inserção em cadastros.....	496
3.8.1. Abusividade da inserção	497
3.8.2. Requisitos para a inserção.....	499
3.8.3. Ausência de aviso da inserção	500
3.8.4. Obrigação de retirada e manutenção indevida.....	503
3.8.5. Permanência ou inclusão durante discussão da dívida em juízo.....	505
3.8.6. Os danos decorrentes da negativação indevida	509
3.8.7. Estabelecimento do <i>quantum</i>	511
 Bibliografia	 517
 Anexo I – Súmulas referentes às atividades bancárias, juros e índices de correção monetária.....	 531
Anexo ii – Recursos repetitivos referentes às atividades bancárias, juros e índices de correção monetária.....	543